

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM	Renata Maria Araujo	Titular	Ausente	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Justificou	
02	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Angelo César Bosqueiro	Titular	Presente	
		Sérgio Rocha Lima Diehl	Titular	Ausente	
	Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira	Suplente	Ausente	
		Eduardo Meira Campos	Suplente	Ausente	
03	Secretaria da Logística e Transportes	Marcelo Poci Bandeira	Titular	Justificou	
		Augusto Olavo Leite	Titular	Justificou	
	Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima	Suplente	Justificou	
		Josmar Machado Camargo	Suplente	Presente	
04	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		José Roberto Fumach	Titular	Ausente	
	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Justificou	
		Marcos César Prado	Suplente	Justificou	
05	SSRH	Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo)	Titular	Presente	
		Leonildo Ednilson Urbano (Secretário - executivo Adjunto CBH-PCJ)	Titular	Presente	
	DAEE	Luiz Roberto Moretti	Suplente	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Ausente	
06	SMA	Egberto da Fonseca Casazza	Titular	Ausente	
		Roberta Hammerat de Araújo Pinto	Titular	Ausente	
	CETESB	Eneida Mara Moraes Zanella	Suplente	Presente	
		Rita de Cássia Lorenzi	Suplente	Ausente	
07	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
08	P. M. de Jundiá	Pedro Antonio Bigardi	Titular	Ausente	
		Maria das Graças Martini	Titular	Presente	
	P. M. de Jaguariúna	Tarcísio Cleto Chiavegato	Suplente	Ausente	
		Irineu Gastaldo Júnior	Suplente	Justificou	
09	P. M. de Morungaba	José Roberto Zem	Titular	Ausente	
		Gilberto de Mattos	Titular	Ausente	
	P. M. de Limeira	Paulo Cezar Junqueira Hadich	Suplente	Ausente	
		Alquermes Valvassori	Suplente	Presente	
10	P. M. de Rio Claro	Palmínio Altimari Filho	Titular	Ausente	
		Geraldo Gonçalves Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Capivari	Rodrigo Abdala Proença	Suplente	Ausente	
		José Luiz Cabral	Suplente	Presente	
11	P. M. de Vargem	Aldo Francelino Moyses	Titular	Ausente	
		Michele Consolmagno	Titular	Presente	
	P. M. de Bragança Paulista	Fernão Dias da Silva Leme	Suplente	Ausente	
		Luis Natividade	Suplente	Justificou	
12	P. M. Extrema	Luiz Carlos Bergamin	Titular	Ausente	
		Paulo Henrique Pereira	Titular	Ausente	
	P. M. Itapeva	Cláudia Viveani de Moraes Andrade	Suplente	Ausente	
		Sidney José da Rosa (Secretário-executivo Adjunto CBH-PJ)	Suplente	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

13	FLORESPI	Ricardo Otto Leão Schmidt	Titular	Ausente	
	Elo Ambiental e Coordenadora-Adjunta da CT-RN	Claudia Grabher	Suplente	Justificou	
14	AEJ	Jaime Ramiro	Titular	Presente	
	AAEAA	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Ausente	
15	IPSA	Waldemar Bóbbo	Titular	Presente	
	Fórum das Entidades Cíveis	Filipe Marcelo Gonçalves Becari	Suplente	Ausente	
16	Rotary Internacional D4590 e Coordenador da CT-ID	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Ausente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar	Suplente	Presente	
17	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Justificou	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Presente	
	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana - BIOS	Isaac Borges da Rosa	Suplente	Ausente	
18	Associação dos Atrativos de Salto	José Carlos Zambone	Titular	Justificou	
	ABES-MG	Adelson Diamond Candido	Suplente	Ausente	
19	CIESP – DR Jundiaí	Roberto Mario Polga	Titular	Presente	
	CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso	Suplente	Justificou	
20	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	ÚNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
21	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Justificou	
	Sindicato Rural de Rio Claro e Coordenador da CT-Rural	João Primo Baraldi	Suplente	Presente	
22	COPASA	Waldir Souza	Titular	Ausente	
		Alexandre José Grego	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Indaiatuba	José Rodolfo Penatti	Suplente	Presente	p/ Ricardo Dias Pacheco
23	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel	Suplente	Presente	
24	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		José Roberto Fumach	Titular	Ausente	
	ABCON	José Benedito da Silva Braga Filho	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-EA	Instituto Florestal	Maria Luisa Bonazzi Palmieri	Coordenadora	Presente
CT-ID	SABESP	Almir Aparecido de S. Andrade	Coordenador-Adjunto	Presente
CT- Indústria	CIESP - Americana	Leandro Zanini Santos	Coordenador Interino	Presente
CT-MH	DAEE	Graziela Lopes Bertolino	Secretária	Presente
CT-PB	IPSA	Harold Gordon Fowler	Coordenador Interino	Presente
CT-Rural	SR Rio Claro	Joao Primo Baraldi	Coordenador	Presente

Sigla da Entidade Convidada	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sérgio Razera: Diretor-presidente
	Kátia Rossi Gotardi Piccin
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Juliana Prado Guilmo
	Eduardo Cuoco Léo
	Elaine Franco de Campos
	Ivanise P. Milanez

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

SEPLADEMA-Rio Claro	Yaisa D. de C. Miguel
	Olga Lopes Salomão (Vice-prefeita de Rio Claro)
COBRAPE	Diogo Bernardo Pedrozo
	João Jorge da Costa
	José Antonio O. de Jesus
SAAE Indaiatuba	Vanessa C. C. Kuhl
Câmara Municipal de Rio Claro	Emilio José Cerri
P.M de Rio Claro	Roberto Foresti Junior
Consórcio PCJ	Guilherme Valarini
	José Cesar Saad
PM de Limeira	Michhele Stradiatto
DAEE/BMRC	Valdemir P. Bernardi

1. **Pauta e Abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica, em 15/07/2014. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, que cumprimentou a todos e agradeceu à Secretária de Educação da Prefeitura Municipal de Rio Claro pela cessão do espaço. 2. **Informes:** 2.1. **pela Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti iniciou informando que por ocasião da realização da XXXI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizada nos dias 9 e 10 de junho, em Brasília/DF, foi aprovada a proposta de atualização dos valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ), nos rios de domínio da União, conforme disposto na Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, de 14/12/2012, que passam a valer a partir da publicação da resolução no Diário Oficial da União. Estiveram presentes na reunião do CNRH, o Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Gabriel Ferrato; o Vice-presidente do CBH-PCJ, Marco Antônio dos Santos; o representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil na CTCOB, Luiz Antônio Carvalho e Silva Brasi; o Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ, Leonildo Ednilson Urbano e o Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, Sergio Razera. O Sr. Moretti informou que a Secretaria do Meio Ambiente de Extrema-MG realizará, no dia 29 de agosto de 2014, curso de Pagamento por Serviços Ambientais, no âmbito do projeto Conservador das Águas. As informações e inscrições para o curso estão disponíveis no site www.infobibos.com/psa e no site dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti informou que a Agência Nacional de Águas (ANA), está promovendo ação nas redes sociais para divulgar animações sobre água e gestão de recursos hídricos. Com linguagem simples e didática, os vídeos explicam como funcionam os comitês de bacia, o que é uma bacia hidrográfica, o que diz a Lei das Águas, como é feita a medição de chuvas e de vazões em rios, entre

outros temas. O material atende aos mais diversos públicos, como: estudantes, professores, membros de comitês de bacias hidrográficas e qualquer pessoa interessada em aprender os caminhos que as águas percorrem antes de chegar às torneiras, irrigar as plantações, serem usadas pela indústria ou qualquer setor da economia. Maiores informações podem ser obtidas nos sites dos Comitês PCJ, da Agência das Bacias PCJ e da ANA. O Sr. Moretti informou que está disponível, no site dos Comitês PCJ, o Relatório do "Seminário de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo: Subsídios para revisão dos Planos de Bacias Hidrográficas - Relatório de Atividades", apresentando os principais pontos debatidos e os encaminhamentos acordados. Entre eles, destaca-se a agenda de trabalho do grupo de trabalho formado pelos comitês de bacias, pelo CORHI e pela CRHi, instituído na ocasião. O Sr. Moretti ressaltou que se trata, portanto, de documento para acompanhamento da agenda ali estabelecida. O Sr. Moretti informou que será realizado nos dias 16 e 17 de agosto de 2014, no município de Amparo/SP, pelo Núcleo CAETÊ, curso "Teórico Prático sobre Implantação de Viveiros e Produção de Mudanças de Árvores Nativas Brasileiras", com o objetivo de capacitar para a produção viveirista, com um aprendizado de base teórica e prática, visando apoiar processos de planejamento e manutenção de um viveiro de mudas. O Sr. Moretti informou que está disponível no site dos Comitês PCJ, o "Manual de Etiqueta: 13 coisas que você não sabia sobre água", elaborado pelo "Planeta Sustentável" sobre a proteção e conservação dos recursos hídricos e convidou a todos para acessar o manual. O Sr. Moretti informou que o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou, no dia 05/06/14, o Decreto nº 60.521, que "Institui o Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água, institui a unidade padrão Árvore-Equivalente e dá providências correlatas", apresentando o documento e informando que o mesmo está disponível

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

no site dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti informou que foi publicada a Portaria DAEE nº 1396, de 11/07/2014, que prorrogou até 31 de outubro de 2015, o prazo de vigência da Portaria DAEE nº 1213/04, a qual, em 6 de agosto de 85 2004, renovou, pelo prazo de 10 anos, a outorga de direito de uso do Sistema Cantareira para a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, em virtude da situação excepcional de escassez hídrica, que resultou em vazões afluentes aos 90 aproveitamentos do Sistema Cantareira em magnitudes inferiores às mínimas já registradas anteriormente desde 1930, levando à utilização emergencial de volumes acumulados abaixo dos níveis mínimos operacionais de projeto, por meio de bombeamento suplementar. 2.2. 95 **pela Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que no dia 16/07/2014, foi assinado contrato entre a Agência das Bacias PCJ e a empresa B&B Engenharia Ltda. para a 100 realização de serviços de engenharia visando à elaboração do estudo de alternativas e estudo de concepção para o sistema de afastamento e tratamento de esgotos dos distritos de Areias e Flores no município de Itapeva (MG). Essa contratação faz parte das ações 105 previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) aprovado pelos Comitês PCJ e que está sendo executado pela Agência das Bacias PCJ com recursos da cobrança federal. O Sr. Sergio informou que serão assinados no dia 23/07/2014, no gabinete do Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Prefeito de Piracicaba, Dr. Gabriel 110 Ferrato, contratos para elaboração dos planos de combate às perdas em 14 municípios das Bacias PCJ. Com um total de 315.401 mil habitantes beneficiados, os municípios terão seus planos elaborados em até 8 meses 115 pelas empresas Novaes Engenharia e Construções Ltda. com o contrato no valor de R\$ 581.039,00 (quinhentos e oitenta e um mil, e trinta e nove reais) e atenderá os municípios de: Camanducaia, Extrema, Itapeva, Sapucaí-Mirim e Toledo, beneficiando em torno de 120 75.080 pessoas e a RHS Controls – Recursos Hídricos e Saneamento Ltda. e responderá pelos municípios: Analândia, Ipeúna, Louveira, Rafard, Saltinho, São Pedro, Tuiuti, Valinhos e Bom Jesus dos Perdões com o valor do contrato estabelecido em R\$ 1.300.650,00 (um 125 milhão, trezentos mil, seiscentos e cinquenta reais). A demanda da contratação dos planos de combate às perdas ocorreu, também, em função de uma pesquisa realizada pela Agência PCJ com todos os municípios das Bacias PCJ, a fim de levantar quais desses municípios não 130 possuíam planos diretores para o combate às perdas em seus sistemas de abastecimento público de água. Após a compilação dos dados oriundos da pesquisa, foram computados 33 municípios nessa situação, sendo que 19 deles possuem concessão com a SABESP - Companhia 135 de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, e 14 são

das administrações, direta ou indireta, dos municípios. Diante disso, a Agência das Bacias PCJ realizou processo licitatório a fim de contratar empresas especializadas para a elaboração desses planos diretores. 140 Os presentes planos serão desenvolvidos conforme consta do Plano de Aplicação Plurianual, PAP-PCJ 2013-2016, cujos recursos advêm da cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos. 2.3. **pelos membros:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. José Luiz Cabral, representante da P. M. de Capivari/SP, que informou que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Capivari (SAAE) inaugurará, no dia 23/07/2014, o Centro de 145 Controle Operacional de Combate a Perdas, que está instalado na caixa d'água da avenida Pio XII. Essa central permitirá à autarquia obter informações, em tempo real, sobre os níveis dos reservatórios e monitorar o funcionamento das bombas, além de possíveis desperdícios na produção da água. Após, o Sr. Moretti cedeu a palavra à manifestação da Srta. Maria Luisa B. 150 Palmieri, Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ (CT-EA) que informou que conforme previsto nas Atividades Emergenciais Propostas para 2014, pelo GT-Estiação, será realizado no dia 30/07/2014, no município de 155 Jundiá, encontro com as Diretorias de Ensino e Secretarias de Educação Municipais para capacitação para aplicação de Orientações Técnicas focadas no tema "Estiação nas Bacias PCJ". Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para a Dra. Olga Lopes Salomão, Vice- 160 prefeita de Rio Claro e Secretária Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, que apresentou o projeto de Diagnóstico Ambiental e Desenvolvimento de Sistema de Implantação de Projeto de Recuperação da Qualidade dos Corpos D'água do 165 Município de Rio Claro. A Dra. Olga detalhou o estudo que contempla melhorias nos aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos e do saneamento ambiental no município de Rio Claro. Ressaltou que as ações do projeto compreenderam o levantamento e diagnóstico da hidrografia municipal, detalhamento da 170 ocupação territorial, determinação e georreferenciamento dos usos e ocupações do solo no município, detalhamento dos tipos de solos, identificação, localização e georreferenciamento de todas as nascentes, represas e lagoas dentro da área do 175 município e a devida determinação de técnicas e cronogramas para a recuperação do entorno dos corpos d'água citados, análises laboratoriais de água, levantamento e georreferenciamento de florestas existentes dentro da área do município, determinação de 180 técnicas e cronogramas de enriquecimento das áreas vegetadas, identificação, localização e georreferenciamento de áreas com processo erosivo em APP, identificação de áreas degradadas por processos 185 erosivos através de métodos de quantificação de 190

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

ocorrências bem como a determinação de técnicas e cronogramas para sua recuperação, levantamento de dados relacionados a volumes captados, tratados e ofertados dentro da área territorial do município, compatibilização entre banco de dados e estrutura ambiental e elaboração de propostas válidas a contribuir com o conselho ambiental do município. Após as explanações, a Dra. Olga solicitou o apoio dos Comitês PCJ no acompanhamento das ações apresentadas no estudo e nas reuniões que serão realizadas com as Secretarias Municipais de Rio Claro, visando à elaboração de Plano Diretor Municipal. O Sr. Moretti sugeriu que o acompanhamento seja realizado pelas Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de recursos Naturais (CT-RN) e Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ. **3. Apreciação da Ata da 57ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada na Fundação Agência das Bacias PCJ – Piracicaba/SP, em 04/07/2014:** O Sr. Moretti questionou aos membros se seria necessária a leitura da referida ata. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. Moretti abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da mesma. Não havendo manifestações, a ata foi aprovada por unanimidade, sem alterações na minuta apresentada. **4. Apresentação de resumo da situação dos trabalhos do GT-Estiação 2014:** O Sr. Moretti lembrou que nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 197/14, de 27/03/2014, foi criado e o Grupo de Trabalho para a instituição da “Operação de Estiação PCJ – 2014”, no âmbito da CT-PL (GT-Estiação 2014), que realizou até a presente data 7 reuniões, nas datas de 16/04/2014; 29/04/2014; 08/05/2014; 14/05/2014; 11/06/2014; 24/06/2014 e 16/07/2014, e consolidou Atividades Emergenciais Propostas para 2014, cuja descrição segue no material desta reunião, nas páginas de 07 a 13. Na sequência, o Sr. Moretti fez a leitura das atividades propostas pelo GT-Estiação e comentou o seu andamento, conforme segue: Atividade 1 - Elaborar slogan para a campanha de comunicação sobre a estiação nas Bacias PCJ: a atividade 1 já está concluída com a proposta de slogan “Todos pela água: cuide e economize!”, que foi aprovado na 3ª Reunião Ordinária, no dia 11 de junho. Atividade 2 - Elaborar publicação impressa, com versão em formato digital, contextualizando a estiação nas Bacias PCJ: o foco da atividade é produzir material sobre a estiação, em uma linguagem clara e de fácil entendimento pelos diversos públicos e encaminhar aos serviços de saneamento para que os mesmos disponibilizem à população da forma que lhes for mais adequada. A publicação está em fase de elaboração e será concluída nos próximos dias. Atividade 3- Divulgar Semanalmente Documentos e Boletins sobre a estiação nas Bacias PCJ: o objetivo da atividade é disponibilizar boletins contendo informações técnicas sobre a situação da estiação nas Bacias PCJ e as

medidas adotadas pelos órgãos outorgantes/licenciadores, pelo GTAG e pelos Comitês PCJ. O resumo com documentos e boletins disponibilizados pelos órgãos gestores e pela Sala de Situação PCJ, contendo informações técnicas sobre a situação da estiação nas Bacias PCJ e as medidas adotadas pelos órgãos outorgantes/licenciadores, estão sendo encaminhados, todas as segundas-feiras, desde 02 de junho de 2014, e todos os documentos referidos, assim como a agenda de reuniões do GT-Estiação e o acompanhamento das atividades, constam disponíveis no site dos Comitês PCJ, em espaço próprio. Atividade 4 - Elaborar materiais sobre a estiação e a necessidade de uso consciente e racional da água para divulgação nas redes sociais: a ação integra a campanha de comunicação, com a elaboração e divulgação de materiais específicos, para as redes sociais, devido à facilidade de disseminação e ao compartilhamento de informações com a população, com os materiais sendo elaborados e postados às segundas e sextas-feiras, pela Agência das Bacias PCJ. Atividade 5- Campanha publicitária educativa sobre a estiação: a ação visa criar e produzir uma campanha publicitária sobre a estiação para divulgação por meio das mídias de rádio e TV e os Termos de Referência para contratação de empresa especializada para criação e produção da campanha publicitária já estão sendo finalizados e será aberto processo licitatório para contratação, pela AGENCAMP, o mais breve possível. Atividade 6- Orientação Técnica para as Redes de Ensino – Bacias PCJ: trata-se do desenvolvimento de material com orientações técnicas sobre a estiação para os professores, das redes pública e particular, e informou que o mesmo está sendo elaborado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ (CT-EA) e que, conforme mencionado nos informes pela Srta. Maria Luisa, será realizado Encontro com as Diretorias de Ensino e Secretarias de Educação Municipais para capacitação na aplicação da Orientação Técnica no dia 30 de julho, em Jundáí/SP. Atividade 7- Políticas Públicas para Redução de Consumo: o objetivo da atividade é disponibilizar no site dos Comitês PCJ experiências sobre legislações municipais que tratem de regulação, controle, fiscalização de usos indevidos da água tratada, dentre outros. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Leonildo Urbano, o qual informou que para cumprimento dessa ação foi criado no site dos Comitês PCJ o espaço que permite a inserção de experiências sobre legislações municipais que tratem de regulação, controle, fiscalização de usos indevidos da água tratada, experiências de planos de contingência municipais, de serviços de saneamento, e indústrias. Porém, explanou que ainda não recebeu contribuições dos mesmos. Atividade 8 - Monitoramento do Sistema Cantareira: o objetivo da ação é solicitar, para inserção na Sala de Situação PCJ, os dados da rede

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

da CPFL de monitoramento dos rios das Bacias PCJ; inserir na Sala de Situação PCJ os dados telemétricos de usuários públicos e privados que os disponibilizem; e reativação e revisão de locação de postos da rede PCJ e inclusão de postos da Agência Nacional de Águas (ANA). Para o atendimento das ações do item C, o Sr. Moretti informou que na 133ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) foi realizado contato com alguns usuários públicos e privados, que têm dados telemétricos, para disponibilização dos mesmos, sendo que alguns dados já estão sendo recebidos e inseridos no site da Sala de Situação PCJ. Atividade 9 - Eventos Climáticos: a atividade, que foca na realização de evento no âmbito da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) com a participação do INPE-CPTEC e o INMET, por meio de palestra sobre existência de ferramentas e de previsões sobre eventos extremos, especificamente para as Bacias PCJ, foi realizada no dia 30 de junho, com palestra da Dra. Ariane Frassoni, do INPE-CPTEC. Atividade 10 - Plano de Contingência: propõe a realização de workshop, para os diversos segmentos de usuários de recursos hídricos, visando à elaboração de planos de contingência para o período de estiagem que ocorre nas Bacias PCJ. No âmbito dos municípios foi realizado seminário no dia em 11/06/2014, no município de Campinas/SP. Para o setor industrial foi realizado seminário no dia 17/07/2014, no CIESP DR-Campinas, no município de Campinas. O seminário para orientação na elaboração de planos de contingência no âmbito dos usos rurais está sendo discutido e programado entre a CT-Rural e os Sindicatos Rurais das Bacias PCJ; porém sem data ainda definida para sua realização. Atividade 11 - Operação de PCHs: a ação se faz importante para fazer a verificação da interferência efetiva das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nas vazões dos corpos d'água nas Bacias PCJ; bem como, estabelecer critérios de vazões para parada e início de operação dessas PCHs e paralisação de operações com variações bruscas de vazões. A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) comunicou que a atividade das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) está paralisada devido a vazões insuficientes para o funcionamento das mesmas. 12 - Sala de Situação PCJ: os Comitês PCJ fizeram sugestão de ampliação de funcionamento da Sala de Situação PCJ ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), sendo que a mesma não foi aprovada devido às dificuldades operacionais de atendimento. 13 - Integração de ações: foram criados grupos de trabalho, no âmbito da CT-MH, denominados: GT-Atibaia; GT-Capivari; GT-Jaguari/Camanducaia; GT-Jundiá e GT-Piracicaba-Corumbataí, para acompanhamento da situação e discussão e proposição de políticas e ações para enfrentamento da escassez hídrica, auxiliando, inclusive, na elaboração dos Planos de Contingência.

Até a presente data, dentre as reuniões ocorridas dos GTs, não houve consenso na definição de restrição das vazões de uso, e foi verificado que poucos municípios da região possuem planos de contingência voltados à questão da estiagem. Foi encaminhada solicitação aos órgãos gestores para que instalem em suas unidades regionais grupos técnicos de apoio emergencial aos municípios e demais usuários. 14 - Desobstrução da calha do rio Atibainha: a atividade é de desobstrução do rio Atibainha, devido à dependência de vários municípios desse manancial, sendo que CT-MH, através de seu GT-Atibaia, realizará gestões para a contratação dos serviços propostas. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros. Após os esclarecimentos das dúvidas, o Plenário parabenizou o GT-Estiagem, pelos trabalhos que o mesmo vem desenvolvendo. **5. Apresentação de resumo dos trabalhos do GT-Critérios:** O Sr. Moretti iniciou explicando sobre o grupo de trabalho criado, no âmbito da CT-PL, para a proposição dos critérios de distribuição de recursos e a origem dos recursos a serem deliberados, informando que os recursos da Cobrança Federal PCJ já estão comprometidos com o PAP (Programa de Aplicação Plurianual), conforme aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, de 14/12/2012, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2013-2016. Para os recursos da Cobrança Paulista PCJ, que tem arrecadação em torno de dezoito milhões de reais, mais os rendimentos, e os recursos do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), com valores próximos a quatro milhões de Reais, mais os cancelamentos de empreendimentos. Em seguida, o Sr. Moretti iniciou a apresentação sobre a proposta trabalhada pelo GT-Critérios até a presente data e o cronograma do processo para distribuição de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, para o exercício 2015, explicando a linha de trabalho adotada para as propostas apresentadas. Em seguida, o Sr. Moretti apresentou as propostas preliminares já discutidas no GT-Critérios, referentes aos percentuais destinados aos PDCs 1 (Base de Cadastros, Estudos e Levantamentos), 3 (Recuperação da Qualidade de Corpos D'Água) e 5 (Promoção do Uso Racional dos Recursos Hídricos), ressaltando o fato de que se aguarda a aprovação no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e a publicação de decreto do governador aprovando a proposta sobre a alteração das porcentagens de valores máximos de distribuição em cada PDC, esperando-se que isto ocorra até o final de outubro de 2014. Na sequência, o Sr. Moretti apresentou proposta de cronograma, esclarecendo as datas postpostas, informando que a ideia é a manutenção dos procedimentos e critérios já utilizados em 2014, apenas simplificando o protocolo de documentos. Acrescentou

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

que, devido à impossibilidade de aplicação de recursos da cobrança paulista no PDC 5, face ao percentual limite atual ter sido atingido, a proposta do GT-Critérios é de aplicação da totalidade do saldo do montante de recursos da Cobrança Federal PCJ, destinado à demanda espontânea, para o PDC5, no valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), para financiamento de empreendimentos nesse exercício de 2014. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para a Sra. Elaine Franco de Campos, Coordenadora de Projetos da Agência PCJ, que informou os resultados e os valores disponíveis por PDC, na situação atual, do orçamento de 2014, após período de inscrição de empreendimentos conforme disposto na Deliberação dos Comitês PCJ nº 189/2013, e simulações de aplicação dos recursos, se ocorrer a alteração do decreto que dispõe sobre as porcentagens de valores máximos de distribuição em cada PDC. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros, não havendo manifestações. O Sr. Moretti colocou a proposta de continuidade dos trabalhos do GT-Critérios em votação, conforme apresentado, a qual foi aprovada por unanimidade. **6. Apreciação das propostas do GT-Eleições 2015 sobre as eleições dos Comitês PCJ: CBH-PCJ e PCJ FEDERAL (para o mandato 2015-2017):** O Sr. Moretti apresentou a minuta de deliberação sobre o processo eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, pontuando as principais alterações propostas pelo GT-Eleições, definindo-se prazos, normas, procedimentos e critérios para orientar o processo de escolha dos representantes dos órgãos e entidades governamentais, dos municípios, dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis da área de atuação dos Comitês PCJ, de forma a se garantir a realização de processo integrado de eleição dos seus membros, conforme dispositivos constantes no Regimento Interno do PCJ FEDERAL e no Estatuto do CBH-PCJ. O Sr. Moretti lembrou que, conforme dispositivos constantes nos Regimento Interno do CBH-PJ, seus membros são eleitos para mandato de quatro anos, mantendo-se, portanto, a mesma composição estabelecida no processo eleitoral de 2013, para todos os segmentos, incluindo a participação no PCJ FEDERAL, conforme empossados por meio do Ato do Governador de Minas Gerais, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Seção Diário Executivo, Caderno 1, Edição de 27/03/13. O Sr. Moretti ressaltou que o local para obtenção da relação de documentos e formulários para inscrição, recepção da documentação de inscrição, bem como as informações pertinentes ao processo eleitoral será a Fundação Agência das Bacias PCJ, através de seu sítio eletrônico e em suas dependências, em Piracicaba. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para a manifestação dos interessados em recompor Comissão Eleitoral dos Comitês PCJ. Após as manifestações, a Comissão Eleitoral 2015 será proposta com os seguintes

membros: Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, que será o seu coordenador; Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (Secretário-Executivo dos Comitês PCJ; Secretário-Executivo Adjunto do CBH-PCJ; Secretário-Executivo Adjunto do CBH-PJ); do segmento setor “Usuários de Recursos Hídricos”: Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE; Sindicato Rural de Rio Claro; Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Jundiá; do segmento “Organizações Cívicas”: Titular: Rotary Internacional D-4590 e Suplente: Fórum das Américas; do segmento dos “Municípios”: Titular: Prefeitura Municipal de Vargem e Suplente: Prefeitura Municipal de Holambra; do segmento dos “Órgãos de Governo”: Titular: Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SAA e a suplente deverá ser eleita em plenário por não haver manifestação; do Segmento “Órgãos de Governo Federal”: Ministério da Integração Nacional. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros, não havendo manifestações. O Sr. Moretti colocou a proposta da minuta de deliberação do processo eleitoral e da composição da Comissão Eleitoral em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, e deverá ser apreciada na próxima reunião dos Comitês PCJ. **7. Apreciação do Programa de Efetivação do Enquadramento e encaminhamentos sobre o assunto:** O Sr. Moretti lembrou os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 097/10, de 09/12/2010, que aprovou o “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o período de 2010 a 2020, com propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d’Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d’Água até o ano de 2035”. A Fundação Agência das Bacias PCJ contratou, no ano de 2012, a empresa COBRAPE - Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos para execução de serviços de complementação do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, visando detalhamento, orçamento e arranjo institucional para efetivação do enquadramento nas Bacias PCJ, conforme Termo de Referência discutido pelos Comitês PCJ. No âmbito da Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB), foi realizado processo de discussão de produtos, referentes aos serviços mencionados. Após o Sr. Moretti informou que na presente reunião serão apresentados os documentos que compõem o relatório desses serviços e passou a palavra ao Sr. Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistema de Informações da Agência das Bacias PCJ, o qual proferiu apresentação sobre o relatório dos serviços feitos pela COBRAPE, destacadamente o detalhamento, orçamento e arranjo institucional e metodologias adotadas. O Sr. Eduardo Léo explicou que o Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 é um instrumento que foi construído com base em um ferramental inovador e com subsídio de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

abundantes discussões. O plano aprovado em 2010 trata de propostas de metas intermediárias, além da final, e de ações para efetivação do enquadramento, bem como premissas para simulações; estratégia de priorização; metas; investimentos necessários até 2020; cenários; projeções até o ano de 2035. O programa de efetivação do enquadramento, após 2020, contém proposta de saneamento e de “ações complementares”, sem, contudo, apresentar orçamento ou cronograma. Apresentou os mapeamentos, os usos, a identificação de restrições e usos e classes. Explicou que após aprovação pelos Comitês PCJ, o Plano consubstanciou-se em Relatório Final que percorre a seguinte itemização:

535 1.Introdução; 2.Documentação consultada e metodologia; 3. Diagnóstico geral; 4. Diagnóstico específico; 5. Prognóstico; 6. Proposta de atualização do enquadramento dos corpos d’água; 8. Proposições e metas; 9. Montagem do programa de ações e investimentos: curto, médio e longo prazos; 10. Programa de efetivação do enquadramento; 11. Estratégia de viabilização da implantação do plano; 12. Conclusões; 13. Bibliografia. O conteúdo destes tópicos fundamenta a construção de um programa de ações e investimentos detalhado até o ano de 2020 e simulações indicam melhorias expressivas na condição dos corpos d’água com o desenvolvimento do programa de ações e investimentos no período do plano. Ficou demonstrado no plano, contudo, que nem todos os trechos de rios estudados alcançarão a meta de enquadramento em 2020 (mesmo nas abordagens mais otimistas - Cenário desejável em 2020, com vazão de referência Q_{7,10}), ficando 63% dos trechos enquadrados. Diante desta constatação, apresentou-se uma proposta inicial de programa para efetivação do enquadramento dos corpos d’água até o ano de 2035. O Sr. Eduardo Léo ressaltou que existe, ainda, um conjunto de anexos, onde constam estudos complementares para a bacia do rio Jundiá, que é o principal corpo d’água que sofreu alteração em sua classe meta em relação à legislação vigente, que apresenta um cenário de disponibilidade hídrica limitada. Informou que o programa para efetivação do enquadramento, agora em análise, completará o programa de ações e investimentos do plano de bacias, sendo as análises desenvolvidas para o período de 2020 a 2035. Houve proposta de inserções complementares no diagnóstico específico e no programa para efetivação do enquadramento do plano de bacias, onde os anexos foram também complementados. O objetivo era de analisar a viabilidade e compor orçamento para programa para efetivação do enquadramento até o ano de 2035, tomando como base o conteúdo do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 (ferramentas, projeções, premissas e metas e programas aprovados pelos Comitês PCJ). Um dos tópicos a serem complementados no plano de bacias foi o programa para efetivação do

enquadramento. O primeiro passo deu-se por meio de avaliação da universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgotos até o ano de 2035, com base nas expectativas de evolução populacional e seus impactos sobre as demandas hídricas. Nos resultados notou-se que a estimativa de desenvolvimento destas atividades demandaria a disposição dos montantes financeiros para coleta de R\$ 908.169.543,60 (novecentos e oito milhões, cento e sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e três reais e sessenta centavos) e para transporte e tratamento de R\$ 1.239.317.038,10 (um bilhão, duzentos e trinta e nove milhões, trezentos e dezessete mil, trinta e oito reais e dez centavos), até o ano de 2035. Desta avaliação, onde se propõe o tratamento de 98% dos esgotos gerados nos municípios das Bacias PCJ com remoção de 95% das cargas orgânicas, nota-se também que persiste dificuldade para efetivação do enquadramento em um conjunto de trechos de rios. Para os trechos onde se identificaram dificuldades para alcance das metas foram estudados arranjos de tecnologias alternativas, para complementação do programa. Foram levadas em conta as seguintes ações complementares: transporte, tratamento por membranas, reúso de efluentes, valo de interceptação e wetlands para remoção de DBO e aeração (nos efluentes domésticos e industriais ou na calha) para aumento da OD. Os arranjos de soluções propostos consolidaram-se em dois cenários. A composição dos cenários permitiu o pré-dimensionamento e o orçamento das ações complementares totalizando 122 ações com montante financeiro de R\$ 2.536.730.673,13 (dois bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, setecentos e trinta mil, seiscentos e setenta e três reais e treze centavos), para o Cenário 1, e 119 ações, com montante financeiro de R\$ 819.984.372,89 (oitocentos e dezenove milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e setenta e dois reais, e oitenta e nove centavos) para Cenário 2. O Sr. Eduardo Léo informou que, após análise e discussão definiu-se, o Cenário 2 como sendo o mais viável do ponto de vista técnico e financeiro, e os custos levantados foram distribuídos conforme área de contribuição e município, em um cronograma com proposta para rateio dos investimentos. Ressaltou que as ações complementares foram, ainda, objeto de simulação para vazão de referência e série histórica de vazões, apresentando os resultados das simulações do programa para efetivação do enquadramento nas Bacias PCJ. Realizou-se, ainda, adequação no Diagnóstico Específico do Plano de Bacias, a fim de se compor um quadro comparativo entre disponibilidades e demandas hídricas englobando tanto águas superficiais quanto subterrâneas. Apresentou o resultado da análise da disponibilidade e da demanda hídrica superficial e subterrânea, por sub-bacia, informando que o total para as Bacias PCJ, de disponibilidade superficial, é de 37,98

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

635 m³/s, e a subterrânea de 13,94 m³/s, enquanto que a
demanda superficial é de 36,34 m³/s e a subterrânea 4,85
m³/s. O Sr. Eduardo Léo, salientou que os valores para a
disponibilidade superficial foram calculados a partir da
Q_{7,10}, das regras estabelecidas para o Sistema Cantareira
e as transposições de bacia existentes. Após a
apresentação, o Sr. Moretti abriu a palavra para
manifestação dos membros. A Srta. Maria Luisa B.
640 Palmieri, Coordenadora da Câmara Técnica de
Educação Ambiental dos Comitês PCJ (CT-EA),
comentou sobre o horizonte do Plano de Bacias, que
contempla ações e metas até 2020, sendo que o Programa
para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d'Água
645 abrange o horizonte até o ano de 2035, visando, apenas,
as metas de tratamento de esgotos. A Srta. Maria Luisa
considerou que, quando da elaboração do próximo Plano
de Bacias, pensando-se em um plano com horizonte
2020 a 2035, que sejam inseridas ações como redução de
650 perdas, educação ambiental e reflorestamento, pois a
preocupação da CT-EA é não existirem outras ações
além do tratamento de esgotos no período de 2020 a
2035. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da
P. M. de Holambra/SP, complementou a colocação da
655 Srta. Maria Luisa, questionando se existe algum
planejamento até o ano de 2035, sobre o enquadramento
total, isto é 100% de remoção de cargas dos corpos
d'água e vazões ecológicas, visando à questão de
qualidade na efetivação do enquadramento. Perguntou
660 sobre quais seriam os procedimentos para atendimento
com água do crescimento da população, atrelados ao
aumento da demanda do uso dos recursos hídricos e a
disponibilidade até 2035. O Sr. Roberto Mário Polga,
representante do CIESP DR- Jundiá, informou que na
665 ocasião da 55ª Reunião Ordinária da CT-PB foi proposta
a criação de um grupo de trabalho para discussão das
sugestões e complementações realizadas ao longo das
discussões da atualização do enquadramento 2035 e do
Programa para Efetivação do Enquadramento dos
670 Corpos d'Água, no âmbito da CT-PB. Acrescentou que
este grupo de trabalho realizou uma reunião no
município de Piracicaba/SP, onde deliberou-se que a
continuação das discussões do enquadramento seria
atribuição da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças
675 dos Comitês PCJ (CT-OL). Solicitou que fosse realizada
complementação no Programa de Efetivação do
Enquadramento, em relação à Resolução nº 91, de 05 de
novembro de 2008, do Conselho Nacional de Recursos
Hídricos (CNRH), que dispõe sobre procedimentos
680 gerais para o enquadramento dos corpos de água
superficiais e subterrâneos, visando o estabelecimento
de objetivos de qualidade a serem alcançados através de
metas progressivas intermediárias e final de qualidade de
água, que pelo seu ponto de vista, não foram
685 contempladas no relatório ora em debate. O Sr. Michele
Consolmagno, representante da P. M de Vargem/SP,

salientou que pelo seu entendimento o Programa de
Efetivação do Enquadramento foi elaborado com base
no Decreto Estadual (SP) nº 10.755/1977, e que,
690 mediante a apresentação realizada na presente reunião, o
mesmo não constatou nenhuma mudança da situação das
Bacias PCJ, do que foi determinado no decreto. Advertiu
que o enquadramento do rio Jaguari, no município de
Vargem/SP, está errado desde a sanção do Decreto nº
695 10.755/1977, ressaltando que em apresentações
anteriores sobre o tema, discutidos na CT-PB, comentou
essa questão. Ressaltou que o decreto mencionado foi
sancionado visando as represas de Billings e a
Guarapiranga, para proteção de mananciais, sendo que,
700 para as outras regiões hidrográficas do Estado de São
Paulo, o decreto apenas fez suposição do enquadramento
dos corpos d'água. As informações sobre este
apontamento foram baseadas na experiência vivida,
quando da elaboração do decreto pelos Srs. Rodolfo
705 Costa e Silva e Alaor Café Filho, onde na época de
elaboração do decreto, os dados disponíveis eram da
Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
(CETESB), que constava apenas das represas Billings
e Guarapiranga, sendo, portanto, que os trabalhos foram
710 desenvolvidos em cima de dados irreais. Advertiu que se
devem usar dados atuais, evitando-se o desperdício de
recursos financeiros, tendo em vista que a parcela
paulista das Bacias PCJ só tem uma única diretriz, que é
o Decreto Estadual nº 10.755/1977, pois a Resolução
715 CNRH nº 91/08, abrange os rios federais. O Sr. André
Eli Neto, representante da ÚNICA, solicitou
esclarecimento do porquê se utilizou o Q_{7,10} como vazão
de referência no Plano de Bacias, apresentando
considerações sobre o assunto. Questionou, baseado nos
720 dados do Plano de Bacias, se foram consideradas as
vazões de regularização dos trechos, incluindo-se os
barramentos existentes. Solicitou que, para o caso de não
terem sido contabilizados os barramentos, que esse seja
considerado, e que futuras complementações utilizando
725 a vazão de referência Q₉₅, ou outro parâmetro, seja
estudado. Questionou que, diante da atual estiagem
prolongada, como a Q_{7,10} estaria contemplada, uma vez
que esse parâmetro deveria apresentar pelo menos um
decréscimo, mas os dados permanecem estáticos. Após
730 os questionamentos, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr.
Eduardo Léo e para a Equipe da COBRAPE que se
encontrava na presente reunião, para que fossem
respondidas as argumentações. O Sr. Eduardo Léo,
informou que em relação aos questionamentos feitos
735 pela Srta. Maria Luiza, o conteúdo é integrado entre
Plano de Bacias e Programa de Efetivação do
Enquadramento, onde, para se obter o sucesso do
conteúdo detalhado, deve-se obter o sucesso no que está
previsto no plano de investimentos do Plano de Bacias.
740 O plano de ações e investimentos estão detalhados até o
ano de 2020, entre os 8 PDCs. Ressaltou que o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

pretendido na revisão do Plano de Bacias, que é uma necessidade, é calibrar as outras ações, como por exemplo: educação ambiental, reflorestamento etc.,
745 contemplando, também, ajustes, projeções, refinamento, levantamento do percentual investido, e outros detalhes, processo este que iniciará um outro ciclo de planejamento. O Sr. Eduardo Leo, referente aos questionamentos feitos pelo Sr. Petrus, informou que,
750 além das ações para enquadramento, foi acrescentado e elencado no plano, a questão dos reservatórios para suprimento hídrico, incluindo-se os custos e projeções de atendimento para os principais projetos da região das Bacias PCJ. A questão é um dos itens constantes do
755 Plano de Bacias que deve ser detalhado em sua revisão, visando à garantia do suprimento hídrico para as Bacias PCJ, sobretudo no aspecto quantitativo. O Sr. Eduardo Léo deu esclarecimentos ao Sr. Polga, informando que a Resolução CNRH nº 91/08 foi estabelecida pelo
760 Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a qual se constitui num conjunto de procedimentos para propostas de enquadramento dos corpos d'água. A resolução, além dos procedimentos para enquadramento dos corpos d'água, aborda o enquadramento e o nível de detalhamento do programa de efetivação do
765 enquadramento, porém a verificação ao atendimento desta resolução, bem como, sua validação e deliberação é realizada pelo CNRH. Lembrou que o Programa de Efetivação do Enquadramento das Bacias PCJ é a primeira experiência de planejamento no país com meta final de enquadramento, elaborado com base nas diretrizes colocadas na Resolução CNRH nº 91/08. Ainda, destacou que o atendimento à Resolução CNRH nº 91/08, é obrigatório, e tem que ser atendida, assim o
775 enquadramento das Bacias PCJ foi elaborado dessa forma. Com relação à questão das metas, o Sr. Eduardo Léo esclareceu que existe um capítulo do Plano de Bacias que trata justamente da identificação de metas, nos horizontes de 2014 a 2020 e no horizonte do final do ano de 2035, sendo que o Programa de Efetivação do Enquadramento não alterou o disposto e aprovado no Plano de Bacias. As informações apresentadas tiveram o objetivo de demonstrar viabilidades a um custo razoável, de se ter os rios enquadrados no ano de 2035. O Sr.
780 Eduardo Leo, esclareceu ao Sr. Consolmagno que, com relação à colocação especificamente da classificação dos corpos d'água, a legislação foi baseada em função de um uso específico, quando da elaboração do Decreto nº 10.755/77, bem como, que está sendo utilizado, no momento, este critério. Na sequência, o Sr. Eduardo Léo, esclareceu aos questionamentos feitos pelo Sr. André, informando que na ocasião da elaboração do Plano de Bacias foram estudadas e discutidas todos os cenários com vazões de referência $Q_{7,10}$ e Q_{95} , sendo deliberado pela
795 Plenária do Comitês PCJ a utilização da $Q_{7,10}$ por ser mais restritivo. Na elaboração do presente estudo, foram

ponderados todos os cenários com a vazão $Q_{7,10}$ nos corpos d'água, estando contabilizadas as regularizações significativas e também as reversões e as perdas. Tendo
800 em vista que nas Bacias PCJ existem várias pequenas transposições, de uma bacia para outra dentro da mesma região hidrográfica, o modelo matemático utilizado teve robustez no sentido de contabilizar e equacionar estes problemas, necessitando em alguns casos de regularizações de vazões, para poder fechar o balanço hídrico e ter uma boa representação dos fenômenos de qualidade da água nas bacias que estão inseridas ou que sofrem este tipo de interferência (transposição). Após os esclarecimentos, o Sr. Eduardo Léo passou a palavra para equipe da COBRAPE, que informou que embora existam semelhanças do estudo apresentado com o Decreto nº 10.755/77, os dados utilizados para enquadrar os corpos d'água, no plano, foram dados atuais, bem como os estudos hidrológicos são atualizados.
815 Ressaltaram que todas as etapas de elaboração do Plano de Bacias, incluindo a definição de metas para a calha dos rios principais e tributários, foram discutidas junto às Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, em audiências públicas e aprovadas em Plenária. As ações do plano de bacias foram contempladas com os recursos disponíveis, estimados na ocasião de elaboração do plano. Assim, o estudo do Programa de Efetivação do Enquadramento, ora em discussão, apenas está sendo detalhado para verificação dos valores financeiros necessários, se é viável ou não sua implementação. Na sequência o Sr. Polga solicitou a palavra e informou que, em sua opinião, falta nos estudos apresentados o cumprimento integral da Resolução CNRH nº 91/08, no que diz respeito às metas do plano de qualidade, detalhamento dos
830 orçamentos de recursos para se atingir a meta de qualidade num determinado parâmetro final, bem como dados de impactos no setor industrial. O Sr. Polga solicitou que tais dados fossem contemplados no estudo. A Sra. Vanessa C. C. Kuhl, representante da P. M. de Indaiatuba, solicitou a palavra e informou que o município de Indaiatuba está, há dois anos, analisando e monitorando a calha do Rio Jundiá, juntamente com a CETESB, realizando análises nos períodos de estiagem e chuvosos, visando encontrar uma forma de reenquadrar o trecho do rio Jundiá, onde se localiza a cidade de Indaiatuba, que depende deste manancial para atendimento das demandas hídricas do município. Ressaltou que o município de Indaiatuba vem trabalhando intensivamente no tratamento de esgoto e coleta, atingindo quase 100% de coleta e tratamento no município. Comentou sobre o acompanhamento da P. M. de Indaiatuba na elaboração do plano de bacias, a prudência tomada na decisão sobre os parâmetros utilizados, a qualidade e o detalhamento de informações e dados apresentados no plano de bacias. Após, não ocorrendo outras manifestações, o Sr. Moretti colocou

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da CT-PL -

Secretaria de Educação - Núcleo Administrativo Municipal - Rio Claro/SP – 22/07/2014 - 09h30min

em votação a minuta de deliberação que aprova a proposta de complementação, com os detalhamentos feitos, do conteúdo do “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020, com Proposta de Atualização do Enquadramento e o Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d’Água até o ano de 2035”, consubstanciada no relatório apresentado dos serviços de detalhamento, orçamento e arranjo institucional para efetivação do enquadramento nas Bacias PCJ, elaborado pela Agência das Bacias PCJ por meio de contrato com a empresa COBRAPE, esclarecendo que, se aprovada na CT-PL, será submetida à apreciação na Plenária dos Comitês PCJ e, se aprovada, deverá ser providenciada a sua divulgação e o encaminhamento para a apreciação e manifestação dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A proposta foi aprovada pela maioria dos presentes, com três votos contrários (CIESP DR-Jundiaí, CIESP DR- Limeira e ÚNICA) e uma abstenção (P. M. de Vargem). **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

880

Luiz Roberto Moretti
Secretário-executivo dos Comitês PCJ e
Coordenador da CT-PL